

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

Ata da 14ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Atibaia/SP, em 23/10/2015

Relação dos Membros dos Plenários – Presentes.	
Entidade	Nome
AAEAA - Amparo	Wilhelm Wulff Poloni
ABES-SP	Luis Eduardo G. Grisotto
AEJ	Jaime Ramiro
ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme
	Marco Antônio dos Santos
	Fabiane Cabral da Costa
	Santiago
	p/ Maria A. Pedro Dib
Associação dos Atrativos do Salto	Paulo Roberto S. Tinell
Associação dos Atrativos do Salto	José Carlos Zambone
CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar
CIESP – DR Bragança Paulista	Roberto Mario Polga
CIESP – DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti
CIESP – DR Indaiatuba	Roberto Mario Polga
CIESP – DR Jundiaí	Roberto Mario Polga
CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti
CIESP – DR Piracicaba	p/ Alexandre Luis A. Vilella
Consórcio PCJ	Francisco Carlos C. Lahóz
Consórcio Pirai	Francisco Antonio Moschini
COPASA	Alexandre José Grego
	Waldir Souza
DAEE	Leonildo Ednilson Urbano
FIESP	Alexandre Luis A. Vilella
IEF	Raquel Junqueira Costa
IGAM	p/ Túlio Bahia Alves
INEVAT	Francisco Antonio Moschini
IPSA	Waldemar Bóbbó
Ministério da Integração Nacional	José Luiz de Souza
P.M. de Americana	p/ Cicero Aparecido Moura de Jesus
P.M. de Atibaia	Fabiane Cabral da Costa
	Santiago
P.M. de Cabreúva	Mario Yassuo Inui
	Rosimeire Rabelo Santos Timporim
P.M. de Camanducaia	Thais Scognamiglio Campos Lourenço
P.M. de Campinas	p/ Marco Antônio dos Santos
P.M. de Campo Limpo Paulista	Beatriz Alves Bonfim
P.M. de Extrema	Paulo Henrique Pereira
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Ipeúna	Ildebran Prata
P.M. de Itu	Maurício Geraldo da Silva Dantas
P.M. de Jaguariúna	p/ Luciana Carla Ferreira de Souza
P.M. de Jundiaí	p/ Maria A. Pedro Dib
P.M. de Limeira	Alquermes Valvassori

P.M. de Louveira	Verônica Sabatino Caldeyro
P.M. de Morungaba	Michele Consolmagno
P.M. de Nazaré Paulista	Michele Consolmagno
P.M. de Piracaia	p/ Alcista Maria dos Santos Hummel de Almeida
P.M. de Piracicaba	Gabriel Ferrato dos Santos
P.M. de Rafard	Antonio Cesar Rodrigues Moreira
P.M. de Rio Claro	Geraldo Gonçalves Pereira
P.M. de Salto	p/ Paulo Takeyama
P.M. de São Pedro	Hélio Donizete Zanatta
P.M. de Toledo	Fátima Cerqueira
P.M. de Valinhos	Clayton Roberto Machado
	Luiz Mayr Neto
P.M. de Várzea Paulista	João José de Lima
SAA	Denis Herisson da Silva
	Sérgio Rocha Lima Diehl
SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo
	José Roberto Fumach
Secretaria da Fazenda	Afonso Celso R. Mastrelli
Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
Secretaria de Desenvolvimento Social	Maria Aparecida Ribeiro Germek
Secretaria de Energia	Daniel Jesus de Lima
SINMEC	José Maria do Couto
SMA	Egberto da Fonseca Casazza
SR de Campinas	Luís Fernando Amaral Binda
SR de Limeira	Nilton Piccin
SR de Rio Claro	João Primo Baraldi
SSRH	Leonildo Ednilson Urbano
Relação dos Membros dos Plenários Com Ausência Justificada	
Entidade	Nome
Rotary Internacional D-4590	Luiz Antônio C. e Silva Brasi
AFOCAPI	José Rodolfo Penatti
UNICA	André Elia Neto
Secretaria de Logística e Transportes	Marcelo Poci Bandeira
	Augusto Olavo Leite

Aos 23 dias do mês de outubro de 2015, nas dependências do Espaço Serenella, em Atibaia/SP, realizou-se a 14ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ; PCJ FEDERAL e CBH-PJ), registrando-se a participação de 93 pessoas, entre representantes dos municípios, da sociedade civil, dos usuários de recursos hídricos, dos governos dos estados de São Paulo e Minas Gerais e do governo federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários Presentes” apresentada e público em geral, registrado em livro próprio. **1. Composição da mesa dirigente:** Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue: Gabriel Ferrato dos Santos (Prefeito Municipal de Piracicaba, Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL e



Ata da 14ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Atibaia/SP, em 23/10/2015

Presidente do Aglomerado Urbano de Piracicaba); Ildebran Prata (Prefeito Municipal de Ipeúna); Hélio Donizete Zanatta (Prefeito Municipal de São Pedro);

20 Antonio Cesar Rodrigues (Prefeito Municipal de Rafard); Clayton Roberto Machado (Prefeito Municipal de Valinhos e Vice-presidente da ARES PCJ); Marco Antonio dos Santos (Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL); José Maria do

25 Couto (Vice-presidente do CBH-PJ); Fabiane Cabral da Costa Santiago (Superintendente do SAE Atibaia); Leonildo Ednilson Urbano (Secretário-executivo dos Comitês PCJ); Sergio Razera (Diretor-Presidente da Agência das Bacias PCJ. **2. Abertura:** Dando início à

30 reunião, o Cerimonial convidou aos componentes da mesa para tomarem seus lugares e a todos para ouvirem e cantarem o Hino Nacional Brasileiro. **2.1. Saudações iniciais dos membros da mesa:** O Cerimonial cumprimentou a todos, dando boas-vindas. A seguir,

35 passou a palavra ao Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, Sr. Sergio Razera, que cumprimentou a todos, desejando que a presente reunião ocasione boas decisões a respeito do futuro das Bacias PCJ. Após, o Cerimonial passou a palavra ao Secretário executivo dos

40 Comitês PCJ, Sr. Leo Urbano, que cumprimentou a todos os membros dos Comitês PCJ e agradecendo a presença na presente reunião. Posteriormente, o Cerimonial passou a palavra ao Vice-presidente do CBH-PJ, Sr. José Maria do Couto, que cumprimentou a

45 todos e ressaltou a importância das discussões no âmbito dos Comitês PCJ, desejando sucesso aos trabalhos a serem realizados na presente reunião. Após o Cerimonial passou a palavra ao Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, Sr.

50 Marco Antonio dos Santos, que saudou a todos e manifestou sua satisfação pelo trabalho realizado pelos Comitês PCJ e das conquistas alcançadas por este colegiado, desejando a todos uma reunião profícua. Na sequência passou a palavra ao Prefeito Municipal de

55 Piracicaba, Sr. Gabriel Ferrato dos Santos, que agradeceu a presença de todos e explanou sobre a importância dos trabalhos desenvolvidos no âmbito dos Comitês PCJ. Na sequência, com autorização do Presidente dos Comitês PCJ, o Cerimonial passou a

60 palavra ao Secretário executivo dos Comitês PCJ, Sr. Leo Urbano, que deu início aos trabalhos nominando as entidades representadas na reunião, confirmando a existência de quórum nos três comitês e dando prosseguimento à reunião. **3. Informes: 3.1. da**

65 **Secretaria Executiva (SE):** O Sr. Leo Urbano iniciou informando que, o Ministério Público Estadual - GAEMA PCJ-Piracicaba, encaminhou cópia da Recomendação nº 02/2015, de 15 de setembro de 2015, expedida à Agência Nacional de Águas (ANA) e ao

70 Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), sobre a Renovação da Outorga e Disponibilidade Hídrica nas Bacias PCJ. Apresentou o documento ao plenário e informou que o mesmo foi encaminhado às Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, para ciência e está disponível no site dos Comitês PCJ. O Sr. Leo Urbano informou que a Câmara Técnica de

Águas Subterrâneas (CT-AS) dos Comitês PCJ, realizará nos dias 12 e 13 de novembro de 2015, no Centro de Estudos Ambientais da Unesp (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”), em Rio Claro, o III Workshop de Águas Subterrâneas dos Comitês PCJ: Conhecer para usar e proteger. Explicou que o Workshop tem como objetivo, a divulgação da importância das águas subterrâneas como fonte para o

80 abastecimento de água e o aumento do nível de conscientização dos envolvidos em relação à proteção e os riscos advindos da contaminação e da exploração irracional, além de apresentá-las como parte integrante do ciclo hidrológico e a necessidade de inserção na

85 gestão de recursos hídricos em conjunto com as águas superficiais. Cientificou que a programação está disponível no site dos Comitês PCJ e da Agência PCJ e que para participar basta preencher a ficha de inscrição que está disponível no site da Agência das Bacias PCJ (www.agenciapcj.org.br). O Sr. Leo Urbano, informou que o Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente) programou 3 audiências públicas sobre as barragens de Pedreira e Duas Pontes, que serão construídas pelo Dae (Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado de São Paulo), e que devem ampliar a reserva hídrica, especialmente para épocas de estiagem. A 1ª audiência pública sobre as barragens de Pedreira e Duas Pontes ocorreu no dia 08/09/2015, em Campinas, e as outras duas audiências ocorrerão em Pedreira, no dia 15 de

100 outubro, e em Amparo, no dia 3 de novembro. Ressaltou que as informações estão disponíveis no site dos Comitês PCJ e convidou a todos para participarem. O Sr. Leo Urbano informou que a UDOP e a STAB promovem nos dias 11 e 12 de novembro de 2015, o 8º Congresso Nacional da Bioenergia. O evento será realizado no Centro Universitário Unisaesiano, em Araçatuba/SP. O Congresso tem por objetivo troca de experiências entre os participantes e trazer aos congressistas novos conceitos, tecnologias e sistemas de

105 produção altamente aplicáveis ao dia a dia das usinas, divididos nas áreas de maior impacto das unidades: Administrativa/Financeira; Agrícola; Biomassa e Novos Produtos; Comunicação; Controladoria, Planejamento e Custos; Direito do Agronegócio; Industrial; Inovações Tecnológicas em Etanol de Milho; Mercado, Comercialização e Logística; Recursos Humanos; Saúde, Segurança e Meio Ambiente do Trabalho; Tecnologia da Informação. Maiores informações estão disponíveis no site dos Comitês PCJ. O Sr. Leo Urbano

110 forneceu informações sobre o Projeto CriAtividade e Educação Ambiental, que tem por objetivo a co-criação de um cardápio de aprendizagem voltado a educação ambiental em escolas de Piracicaba, engajando múltiplas organizações e atores, sendo a Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ uma das parceiras do evento. Destacou que o lançamento do projeto foi dia 02/09 no Sesc-Piracicaba, e que o projeto ainda tem atividades programadas para os dias 08/10/15 e 11/11/15, sendo possível ter maiores detalhes sobre as

115 atividades no site dos Comitês PCJ. O Sr. Leo Urbano informou que será realizado no dia 27 de outubro de



Ata da 14ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Atibaia/SP, em 23/10/2015

- 2015, no Auditório Augusto Ruschi em São Paulo, a 1ª Oficina do Programa Nascentes, com a realização da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.
- 140 Forneceu detalhes sobre o evento e cientificou às plenários que maiores informações estão disponíveis no site dos Comitês PCJ. O Sr. Leo Urbano deu ciência ao plenário que na data de 06/11/2015, será realizado em Holambra/SP, a 62ª Reunião Ordinária da CT-PL, e que
- 145 na data de 04/12/2015, será realizada a 16ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, em Piracicaba, solicitando que todos se agendem para participar. O Sr. Leo Urbano, parabenizou a Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-RURAL) dos
- 150 Comitês PCJ, pela realização de sua 100ª Reunião Ordinária, realizada no dia 16/10/2015, em Campinas/SP. O Sr. Leo Urbano comentou sobre as participações de representantes dos Comitês PCJ, por meio de comitiva composta pelas Coordenações das
- 155 Câmaras Técnicas, de membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Agência PCJ, dos representantes no Fórum Nacional de CBHs e de representantes da CT-PL, entre os dias 04 a 09 de outubro de 2015, em Caldas Novas/GO, no XVII
- 160 ENCOB – Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas. O Sr. Leo Urbano cientificou aos Plenários que o Ministério Público do Estado de São Paulo, o Ministério Público Federal, o Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, o Ministério
- 165 Público do Trabalho e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo realizaram audiência pública sobre a crise hídrica nos dias 20 e 21 de agosto de 2015, em São Paulo (SP), tendo como tema a crise hídrica que ora se verifica no Estado de São Paulo, afetando especialmente
- 170 as Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e a Bacia do Alto Tietê. **3.2. da Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Leo Urbano passou a palavra ao Sr. Sérgio Razera, Diretor-Presidente da Agência das Bacias PCJ, o qual informou que uma das metas do Contrato de
- 175 Gestão, firmado com a Agência Nacional de Águas (ANA), diz respeito à avaliação dos membros dos Comitês PCJ sobre a atuação da Agência PCJ. Diante desta exposição o Sr. Sérgio solicitou a todos que preencham e devolvam a ficha de questionário de
- 180 avaliação dos trabalhos da Agência PCJ, que foi distribuída. O Sr. Sergio Razera deu ciência ao plenário que na data que na data de 27/10/2015, será realizado em Piracicaba/SP, Reunião dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da Agência das Bacias PCJ, e que na
- 185 ocasião será dado posse para os Conselheiros para a gestão 2015-2017 e eleição dos Presidentes dos conselhos. O Sr. Sérgio Razera, Diretor-Presidente da Agência das Bacias PCJ, informou que no dia 30/10/15, ocorrerá a cerimônia de assinatura de contrato para
- 190 desenvolvimento do projeto de recuperação das nascentes do município de Holambra, que faz parte da parceria firmada entre a Agência das Bacias PCJ e com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. **3.3. dos Membros do Plenário:** O Sr.
- 195 Leo Urbano passou a palavra ao Sr. Paulo Henrique Pereira, representante da P.M de Extrema, que informou que a Agência das Bacias PCJ concluiu o processo de licitação para contratação de empresa especializada para dar suporte técnico e administrativo, no escritório regional que está sendo implantado na parcela mineira das Bacias PCJ. Dentre outras funções, este escritório regional vai dar apoio ao programa de Cadastro Ambiental Rural dos cinco municípios mineiros da porção mineira das Bacias PCJ. O Sr. Paulo Henrique informou que está sendo firmado em parceria com o Conselho Consultivo da APA Fernão Dias, para a ampliação do projeto Conservador das Águas para os outros quatro municípios da porção mineira das Bacias PCJ. Inicialmente está sendo trabalhado o Programa nos municípios de Camanducaia e Itapeva, sendo que a previsão é que até dezembro de 2015 seja sancionada a Lei nesses dois municípios, visando projetos de pagamento por serviços ambientais nos moldes do Conservador das Águas, de Extrema. O Sr. Paulo Henrique informou que entre os dias 22 e 23 de setembro, Extrema recebeu comitivas internacionais (China, Guatemala e Indonésia) que conheceram de perto o projeto Conservador das Águas, ação pioneira em Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), pois Extrema foi escolhida para representar o projeto de Minas Gerais em restauração florestal. Esse intercâmbio ambiental teve como objetivo a troca de experiências internacionais em reflorestamento, para promover a restauração florestal, a criação de novas florestas e o aumento de florestas nativas no mundo todo. O Sr. Paulo Henrique cientificou ao plenário que o município de Extrema/MG foi vencedor do Prêmio Hugo Werneck de Sustentabilidade & Amor à Natureza, que é uma iniciativa do Grupo Ecológico e visa reconhecer e incentivar as iniciativas e boas práticas socioambientais sustentáveis de indivíduos, empresas privadas e públicas, instituições de ensino e do terceiro setor nacionais, que será entregue em novembro de 2015. Na sequência o Sr. Leo Urbano passou a palavra ao Sr. Luís Eduardo Gregolin Grisotto, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-SP), que informou que foi realizado entre os dias 4 e 8 de outubro: o 28º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental (CBESA), na cidade do Rio de Janeiro, que debateu a crise hídrica no país e no mundo, as alterações climáticas e a gestão do saneamento. Avisou que o material deste congresso está disponível no site da ABES. Informou que ABES-SP, por meio de sua Câmara Técnica de Recursos Hídricos, promoverá, no dia 1º de dezembro, o Workshop “Tecnologias para o enfrentamento da Crise Hídrica: Casos Práticos de Utilização de Membranas de Ultrafiltração e de Reúso”. O evento, que será realizado no Auditório João Yunes da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, tem como principal objetivo apresentar experiências na utilização de membranas de ultrafiltração e de reúso, demonstrando as diversas técnicas e processos já implantados e em operação, os avanços tecnológicos e as perspectivas para o emprego dessas soluções no enfrentamento da crise hídrica. Após, o Sr. Leo Urbano



Ata da 14ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Atibaia/SP, em 23/10/2015

passou a palavra para o Sr. Luiz Fernando Nespeque Furtado, representante da Naturea (Naturea Soluções Sócio Ambientais Ltda.), e membro da Câmara Técnica de Águas Subterrânea que informou que a Naturea foi premiada no Congresso Brasileiro de Geologia e Engenharia Ambiental, trabalho nacional sobre investigação de área contaminada. Informou que estará disponibilizando o trabalho para a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ e que está disposição para auxílios necessários sobre este tema. Na sequência o Sr. Leo Urbano passou a palavra ao Sr. Maurício Dantas, representante do município de Itú e do Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Pirai (CONIRP), que informou que o empreendimento construção da Barragem do Pirai, já está com o projeto executivo concluído, o licenciamento ambiental finalizando e a execução de desapropriações de áreas de interesse está em andamento. Na etapa atual está sendo estudada a viabilidade econômica-financeira, pois a obra está estimada em R\$ 104 milhões, onde deste total, o CONIRP já tem R\$ 44 milhões, provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e os R\$ 60 milhões restantes, estão sendo solicitados pelos Prefeitos de Itu, Salto, Cabreúva e Indaiatuba, ao Ministério da Cidade. Após, o Sr. Leo Urbano passou a palavra para o Sr. Marco Antonio dos Santos, Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL e representante da ASSEMAE que informou que a SANASA/Campinas está inaugurando na presente data a Estação de Tratamento de Esgoto do San Martin. Com investimento de quase R\$ 14 milhões de reais, essa unidade vai beneficiar uma população de 10.620 habitantes e tem capacidade para tratar 35 litros de efluentes por segundo, e vai permitir que Campinas atinja 95% de capacidade de tratamento de esgoto. Na sequência, o Sr. Leo Urbano informou que foi contratado pela Agência das Bacias PCJ, a Empresa Novaes Engenharia e Construções Ltda., para a elaboração dos Planos Combate às Perdas Hídricas, para os municípios mineiros de Camanducaia, Extrema, Itapeva, Toledo e Sapucaí Mirim, no Valor de R\$ 580.039,00 (quinhentos e oitenta mil e trinta e nove reais) e a RHS Controls Recursos Hídricos e Saneamento Ltda., responsável pela elaboração dos Planos Combate às Perdas Hídricas nos municípios de Analândia, Ipeúna, Louveira, Rafard, Saltinho, São Pedro, Tuiuti, Valinhos e Bom Jesus dos Perdões, com valor do contrato estabelecido em R\$ 1.300.650,00 (um milhão e trezentos mil e seiscentos e cinquenta reais), com o objetivo de contribuir consideravelmente com o decréscimo do índice de perda de água desses municípios e garantir melhoria da qualidade de vida para todos. Diante do exposto, e com a conclusão dos planos mencionados, o Cerimonial convidou os representantes dos municípios de Camanducaia, Extrema, Itapeva, Toledo e Sapucaí Mirim, Analândia, Ipeúna, Louveira, Rafard, Saltinho, São Pedro, Tuiuti, Valinhos e Bom Jesus dos Perdões para receberem os relatórios finais de seus respectivos Plano de Combate às Perdas Hídricas, contendo os diagnósticos, os

prognósticos, as metas, as ações e o relatório síntese dos estudos, com as atividades a serem implantadas, previstas nos planos diretores, para o combate às perdas em sistemas de abastecimento público de água. **4. Assuntos a deliberar: 4.1. Ata da reunião realizada no dia 12/08/2015 nas dependências do NAPA, no município de Bragança Paulista /SP:** O Sr. Leo Urbano explicou tratar-se da minuta da ata da última reunião plenária, ocorrida no município de Bragança Paulista/SP, e questionou sobre a necessidade de leitura da ata. Dispensada a leitura, foi aberta a palavra para discussão dos membros. O Sr. Hugo Marcos Piffer Leme, representante da ASSEMAE, solicitou a inclusão de seu nome na relação de membros presente, pois o mesmo encontrava-se presente na referida reunião. Na sequência o Sr. Luiz Alberto Buschinelli Carneiro, representante da Secretária da Saúde, solicitou o registro de justificativa na relação de membros dos Plenários Com Ausência Justificada. Após as manifestações, o Sr. Leo Urbano, colocou a minuta da ata em votação, com os ajustes solicitados, sendo a ata aprovada por unanimidade. **4.2 Minuta de Deliberação dos CBH PCJ nº 167/15, de 23/10/2015: “Referenda Ato dos Presidentes do CBH PCJ”:** O Sr. Leo Urbano lembrou que as deliberações *ad referendum* são discutidas e aprovadas em reuniões da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), em virtude da necessidade de atendimento das demandas mais urgentes dos Comitês PCJ, devendo as mesmas ser referendadas pelos Plenários dos Comitês PCJ. O Sr. Leo Urbano detalhou a Deliberação *ad referendum* CBH-PCJ nº 166/2015, de 01/10/2015, informando que, em decorrência da eleição e recomposição de representantes nos plenários dos Comitês PCJ e na CT-PL, para o mandato 2015/2017, que ocorreu em 27/03/15, na cidade de Piracicaba/SP, na ocasião da 15ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, faz-se necessária a recomposição, também, dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da Agência PCJ, cujos mandatos terminam no próximo dia 7 de novembro. O Sr. Leo Urbano explanou sobre o conteúdo da Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09, de 28/08/2009, que aprova os procedimentos para indicação dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ e ressaltou que nos termos do art. 10 da Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09, a comunicação dos membros eleitos e indicados será feita por meio de deliberação *ad referendum* do presidente do CBH-PCJ. Em seguida, apresentou a composição eleita e aprovada de acordo com os critérios da Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09, durante a 47ª Reunião Ordinária da CT-PL, ocorrida na CATI-Campinas, para o mandato 2015/2017, com a seguinte composição do Conselho Deliberativo passou a ter os seguintes membros: 1) do segmento Estado: Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos; Secretaria de Estado do Meio Ambiente; Secretaria de Estado da Fazenda; Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Regional; Secretaria de Estado de Energia e Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo; 2) do segmento



Ata da 14ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Atibaia/SP, em 23/10/2015

Municípios: P. M. de Saltinho, P. M. de Pedreira, P. M. de Piracicaba, P. M. de Atibaia, P. M. de Rio Claro e P. M. de São Pedro; 3) do segmento Sociedade Civil (usuários de recursos hídricos): Sindicato Rural de Campinas, ASSEMAE e CIESP DR Jundiá; 4) do segmento Sociedade Civil (organizações civis): Consórcio PCJ, IPSA e Rotary International D4590. Para composição do Conselho Fiscal, foram eleitos os seguintes representantes 1) do segmento Estado: Secretaria da Saúde (Titular) e Secretaria da Agricultura (Suplente); 2) do segmento Municípios: P. M. de Holambra (Titular) e P. M. de Limeira (Suplente); 3) do segmento Organizações Civis: ÚNICA (Titular) e Associação dos Engenheiros de Jundiá (Suplente). Após os esclarecimentos, o Sr. Leonildo Urbano abriu a palavra aos membros, não havendo manifestações, o Sr. Leo Urbano colocou a minuta de deliberação que referenda o ato do presidente em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **4.3. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 236/15, de 23/10/2015, que “Referenda Ato dos Presidentes dos Comitês PCJ”:** O Sr. Leo Urbano detalhou a Deliberação dos Comitês PCJ *ad referendum* nº 235/15, de 01/10/2015, que Referendou a Proposta Substitutiva de Minuta de Deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo - CRH sobre os procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança, dos usuários urbanos e industriais, pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, informando que, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), de São Paulo, por meio da Deliberação CRH nº 90, de 10 de dezembro de 2008, aprovou os procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do Estado de São Paulo, sendo prorrogada pela Deliberação CRH nº 123, de 21 de março de 2011, e pela Deliberação CRH nº 140, de 13 de dezembro de 2011, até o final de 2013, e que os termos da Deliberação CRH nº 140, de 13 de dezembro de 2011, determina, em seu artigo 1º, que o CRH deveria reavaliar a referida norma, em 2013, para efeito da continuidade da cobrança a partir de 2014, e após prorrogada por prazo indeterminado pela Deliberação CRH nº 160, de 26 de junho de 2014. Ressaltou que os termos do Decreto nº 50.667, de 30 de março de 2006, que regulamentou a Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005, e trata da cobrança para usuários urbanos e industriais. Explanou que o inciso IX, do artigo 2º, da Deliberação CRH nº 111, de 10 de dezembro de 2009, estabeleceu que a Deliberação de aprovação da cobrança do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) deve prever a necessidade de revisão de seus termos após dois anos da emissão dos boletos de cobrança na Bacia, e para que tal procedimento ocorra de forma organizada, o CRH atribuiu à Câmara Técnica de Cobrança (CTCOB) a tarefa de apresentar uma proposta de Deliberação específica para os processos de revisão de mecanismos e/ou valores da cobrança, a ser elaborada em conjunto com os CBHs, o que culminou na realização de estudos e o debates da matéria com os Comitês de Bacia, bem como fórum virtual participativo e reuniões no âmbito dos CBHs, sendo elaborada, pela CTCOB do CRH, com base nessas discussões, a Proposta Substitutiva de Minuta de Deliberação do CRH para a Revisão dos Critérios e Procedimentos para a Cobrança pelos Usos Urbano e Industrial dos Recursos Hídricos. Diante do exposto o Sr. Leo Urbano informou que a CRHi encaminhou em 27/08/2015, solicitação aos CBHs manifestação dos CBHs sobre a matéria, com a participação dos usuários, emitindo o parecer sobre o assunto. Explicou que a data limite para a manifestação dos Comitês PCJ é de 02/10/2015, por isso a minuta de deliberação precisou ser Ad Referendum dos Presidentes dos Comitês PCJ, pois não existiu tempo suficiente para a apreciação em reunião Plenária dos Comitês PCJ, ressaltando que a CT-PL, apreciou o assunto em sua 47ª Reunião Extraordinária, realizada na CATI/Campinas na data de 01/10/2015. Após os esclarecimentos, o Sr. Leo Urbano, passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, que detalhou o processo construtivo da proposta, seu objetivo, e fundamentação para subsidiar a revisão de mecanismos e/ou valores da cobrança. Posteriormente aos esclarecimentos, o Sr. Leo Urbano abriu a palavra para manifestações dos membros do plenário e, não havendo, colocou a Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 236/15 que “Referenda Ato dos Presidentes dos Comitês PCJ” em votação, sendo a mesma aprovada, com votos contrários da FIESP, CIESP DR Jundiá, CIESP DR Indaiatuba, CIESP DR Bragança Paulista, CIESP DR Campinas, CIESP DR Limeira e a abstenção da SABESP (2 votos). **4.4. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 237/15, de 23/10/2015, que “Cancela indicação de empreendimento, financiado com recursos da Cobrança Federal PCJ, exercício de 2012, denominado “Águas de Itapeva - Ações de Mobilização e Educação Socioambiental” e dá outras providências”:** O Sr. Leo Urbano lembrou que foi indicado na Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 152/2012, de 03/10/2012, para recebimento de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União – Cobrança Federal PCJ, no montante de R\$ 171.345,70 (cento e setenta e um mil, trezentos e quarenta e cinco reais e setenta centavos) de repasse e R\$ 12.186,54 (doze mil, cento e oitenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) de contrapartida (data base 2012), o empreendimento “Águas de Itapeva - Ações de Mobilização e Educação Socioambiental”, cujo tomador foi a Prefeitura Municipal de Itapeva/MG, e que a Agência das Bacias PCJ celebrou Contrato de Transferência com a Prefeitura a fim de permitir o repasse dos recursos acima referidos para o objeto em questão, sob nº 01/13, de 07/03/2013. Diante do exposto informou que a Prefeitura Municipal de Itapeva, após licitação, contratou a empresa Rodrigues e Souza Consultoria e Capacitação SS Ltda ME, em 25/06/2013, e até a vigência final do empreendimento a mesma não conseguiu apresentar produtos adequados tecnicamente



Ata da 14ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Atibaia/SP, em 23/10/2015

500 para autorização de liberação da 1ª parcela e efetivo início do empreendimento, sendo que a vigência do Contrato de Transferência se encerrou em 15/07/2015 e que não foi solicitada prorrogação, por parte da Prefeitura de Itapeva, fato que impossibilitou qualquer ação sobre o mesmo. Após informou que a proposta é o cancelamento do projeto e que os recursos financeiros correspondentes ao empreendimento acima referido seriam contabilizados para indicações futuras, de acordo com as orientações dos Comitês PCJ. Ressaltou que o cancelamento do empreendimento foi acordado entre o Tomador, no caso a Prefeitura Municipal de Itapeva, e a Agência PCJ. Na sequência, o Sr. Leo Urbano abriu a palavra aos membros. Não havendo manifestações, o Sr. Leo Urbano colocou a proposta da minuta de deliberação em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **4.5. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 238 de 23/10/2015: que “Aprova a Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ, que dispõe sobre as Ações para Produção e Conservação das Águas, Recuperação e Conservação do Solo e da Vegetação Nativa nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação de recursos financeiros das Cobranças PCJ e demais fundos financeiros”:** O Sr. Leonildo Urbano informou que conforme é de conhecimento de todos, as Bacias PCJ apresentam um histórico de degradação de recursos naturais que tem comprometido a disponibilidade e qualidade hídrica para os diversos usos e usuários das bacias, sendo que o desenvolvimento sustentável nas Bacias PCJ deve ser pautado na proteção dos recursos naturais, na valorização do homem e na preservação do patrimônio ambiental existente e que os Comitê PCJ, no planejamento da gestão das águas, buscam desenvolver mecanismos visando a recuperação, a conservação e a proteção dos recursos hídricos nas Bacias PCJ. E com base no disposto no Plano de Bacias e nos trabalhos desenvolvidos pelos Comitês PCJ, existe a necessidade da definição de critérios e parâmetros para subsidiar os trabalhos técnicos de recuperação de mananciais nas Bacias PCJ, de forma compulsória ou oriunda de financiamento pelo Poder Público, devendo ser estabelecidas diretrizes para promover a recuperação e conservação do solo e da vegetação nativa, a preservação das bacias hidrográficas e dos processos do ciclo hidrológico e orientar as iniciativas voluntárias de recuperação. Também, existe a necessidade de estruturar, organizar e inter-relacionar um Banco de Áreas a serem recuperadas e um Banco de Projetos para recuperação, conservação e proteção dos mananciais e a necessidade de contribuir para a implantação e o monitoramento de projetos de Pagamento por Serviços Ambientais-PSA e para a implantação e o monitoramento de Programa de Incentivo a Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais-APRM, de interesse regional, nas áreas de influência de mananciais de abastecimento público. Diante do exposto informou

560 que a Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) e a Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN) dos Comitês PCJ, discutiram amplamente o assunto e, reunidas em 10/09/2015, no Instituto de Zotecnia de Nova Odessa, aprovaram uma proposta da "Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais dos Comitês PCJ", encaminhando para a Secretaria Executiva a proposta desta Política, esclarecendo que foi apreciada e amplamente debatida durante a 47ª Reunião da CT-PL, realizada em 01/10/2015, na CATI/Campinas. Na sequência, o Sr. Leo Urbano passou a palavra para a Sr. Denis Harisson da Silva, Secretário da CT-Rural o qual detalhou o processo de discussão e informando que a Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais dos Comitês PCJ dispõe sobre ações para a produção e conservação das águas, recuperação e conservação do solo da vegetação nativa das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Essa política cria quatro programas: o primeiro é a recuperação e conservação de proteção ambiental em áreas de interesse; o pagamento de serviços ambientais, que a princípio seria a origem da elaboração dessa política; o incentivo às APRMs, área de proteção e recuperação dos mananciais; e proteção da Mata Atlântica e do cerrado. Nos fundamentos, estão pautadas as políticas hoje existentes, tanto nacional, paulista quanto mineira. Definiu-se o princípio do serviço ambiental, que, no âmbito dos Comitês PCJ, é aquele que resulta em aumento da quantidade ou melhoria da qualidade das águas das bacias hidrográficas; a questão de produção e conservação da água; regular a vazão das nascentes dos cursos d'água e a manutenção dos aquíferos; e, principalmente, reconhecer a bacia hidrográfica como unidade territorial para o gerenciamento das ações. As ações serão sempre realizadas por sub-bacias localizadas dentro da territorialidade dos municípios; haverá priorização da sub-bacia municipal; ações nas áreas rurais com base num plano integral de propriedade, envolve a participação, o envolvimento do produtor rural; princípio do provedor e receptor e usuário pagador. Todas as ações de conservação de recursos naturais dentro dessa política vão acontecer sobre o planejamento de microbacia, com a participação efetiva dos proprietários, cada um fazendo sua parte dentro de um planejamento de propriedade, que tem que ser integral e realizado de forma individual. Os instrumentos que estão definidos na política são: o Plano de Bacias, o Plano Diretor Florestal, as Políticas Municipais de Recursos Hídricos, o PAP, os bancos de informações e o Plano Individual de Propriedade. São programas: a recuperação, conservação e proteção ambiental em áreas de interesse, sendo o primeiro, o programa de recuperação e conservação de proteção ambiental em áreas de interesse tem um caráter isolado, são estudos e projetos de serviços de recuperação ambiental, com o objetivo de promover disponibilidade de água em quantidade e qualidade. Esse programa cria



Ata da 14ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Atibaia/SP, em 23/10/2015

o banco de área e o banco de projetos para recuperação e conservação de proteção dos mananciais, com o objetivo de garantir um fluxo de execução de projetos dentro de uma ordem de prioridades estabelecidas dentro dos Comitês PCJ. O Segundo é o pagamento por serviços ambientais vai ocorrer em três modalidades: o primeiro é o pré-PSA, que contempla os estudos para projetos para serviços ambientais; o pró-PSA, que são obras e serviços; e o incentivo econômico por serviços ambientais, que é o PSA, o pagamento em si. O primeiro contempla estudos, levantamentos e definições de órgãos gestores, análises de viabilidade socioeconômica, elaboração de uma estrutura institucional, para desenvolver o PSA. O segundo, as obras, já são projetos para execução, projetos para executar ações de projetos de PSA, incluindo a elaboração do Plano Individual de Propriedade, o Plano Integral de Propriedade, a contratação de projetos executivos ou a execução de obras e serviços propostos nesse PIP. E o incentivo econômico por serviços ambientais, que é o pagamento em si, incentivo oferecido ao usuário pagador de recursos hídricos para aquele que pratica atividades que geram serviços ambientais relacionados à disponibilidade de água em qualidade e quantidade. E o terceiro, o incentivo às APRMs, as áreas de proteção e recuperação de mananciais. A gestão das áreas de APRMs será realizada pela Agência das Bacias PCJ, na qualidade de agente técnico, conforme os artigos da Lei nº 9866/97, desde que os poderes públicos destinem os recursos necessários financeiros, que exercerá as atribuições definidas na referida lei. Entre as principais ações de implantação, serão: o diagnóstico da bacia, o levantamento de estudos necessários para a criação e intervenção de recuperação e a elaboração do Plano de Desenvolvimento de Proteção Ambiental. Ela também vai apoiar a elaboração de minuta de lei à aprovação pelos órgãos competentes da formação de grupo gestores, bem como a implantação prevista no PDPA. E o quarto, a proteção da Mata Atlântica, que seria: apoio a áreas e associações pertinentes ao PMMA, que é o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, e apoiar a elaboração do Plano Municipal junto às prefeituras, sendo que essa PMMA define os elementos necessários à proteção, conservação, recuperação sustentável na Mata Atlântica. Quanto às competências, caberá aos Comitês PCJ fomentar parcerias entre as instituições públicas e privadas para obter apoio e angariar recursos necessários para executar as ações previstas nos programas estabelecidos nessa política. Já a Agência de Bacias PCJ recebe e protocola os projetos propostos e verifica se atendem às regras dessa política; disponibiliza as propostas protocoladas para a análise da CT-RN e da CT-Rural, e a política prevê a criação do GT-Mananciais, que é um grupo que vai englobar tanto os membros da CT-RN quanto da CT-Rural, bem como as outras câmaras que se fizerem necessárias para as análises dos projetos; realizar análise técnica e financeira; emitir pareceres e recomendações e enviar os

projetos aprovados para o banco de projetos. A Agência PCJ, terá a incumbência, também, de realizar o processo para contratação e execução das ações, acompanhar a fiscalização e execução física dos empreendimentos licitados, notificar as câmaras técnicas quanto ao cumprimento das metas e manter atualizado o banco de áreas e projetos aqui criados. O proponente tem que apresentar o projeto técnico condizente com o Plano de Bacias, o Plano Florestal, os programas existentes e as normas dessa política. O proponente também tem que fazer as apresentações desse projeto tanto na CT-Rural quanto na CT-RN, para fazer a apreciação, e também apresentar informações adicionais e detalhamentos para a Agência de Bacias, quando isso se fizer necessário. As câmaras técnicas CT-Rural e CT-RN terão o dever de apreciar o mérito, enquadramento e adequação dos projetos protocolados ao Plano de Bacias, ao Plano Florestal e a essa política. Ela também tem que agendar essa apresentação dos projetos protocolados para apreciação da plenária, sendo que, dentro dessas câmaras técnicas, vai ser criado o GT-Mananciais, um grupo intercâmaras. Após o Sr. Leo Urbano, passou a palavra para a Sra. Katia Gotardi, Coordenadora de Gestão da Agência das Bacias PCJ, que informou que seriam necessárias adequações na redação apresentada na minuta e detalhou as alterações. Após a finalização da apresentação, o Sr. Leonildo Urbano abriu a palavra para manifestação dos membros. Ocorreram várias manifestações e contribuições feitas por: Alexandre Luis Almeida Vilella, representante da FIESP; Gabriel Ferrato dos Santos (Prefeito Municipal de Piracicaba, Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL e Presidente do Aglomerado Urbano de Piracicaba; Sérgio Rocha Lima Diehl, representante da SAA, que salientaram o avanço para a gestão de recursos hídricos que esta política trará as Bacias PCJ, parabenizando as Câmaras Técnicas envolvidas na elaboração do documento. Finalizado os debates, o Sr. Leo Urbano propôs aos membros que a votação ocorresse em etapas, sendo a primeira em relação às contribuições apresentadas e relacionadas a troca de palavras, inclusão e exclusão dos termos utilizados a serem incorporadas ao documento, sendo a propostas dos ajustes aprovada por unanimidade. Na sequência, o Sr. Léo Urbano colocou em votação a proposta de minuta de deliberação, com as alterações apresentadas, a qual foi aprovada por unanimidade. **4.6. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 239/15, que “Indica o diretor-presidente, o diretor-administrativo e financeiro e o diretor-técnico da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência das Bacias PCJ)”**: O Sr. Leo Urbano explanou sobre o conteúdo da Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09, de 28/08/2009, que aprovou os procedimentos para indicação dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e indicou o diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ e sobre a Deliberação *ad referendum* do CBH-PCJ nº 166/13, de 01/10/15, referendada por meio da Deliberação CBH-PCJ nº 167/15, de 23/10/15, que indicou as entidades



Ata da 14ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Atibaia/SP, em 23/10/2015

membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Agência das Bacias PCJ, para o mandato 2015-2017. O Sr. Leo Urbano, ressaltou que o Estatuto da Agência das Bacias PCJ prevê em seu inciso III, do art. 13, que o seu Conselho Deliberativo deve eleger, a cada 2 (dois) anos, o diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, cuja indicação deverá ser feita pelos Comitês PCJ. Após os esclarecimentos, o Sr. Leo Urbano passou a palavra ao Sr. Gabriel Ferrato, Prefeito de Piracicaba e Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que informou que em entendimentos na Diretoria dos Comitês PCJ, que a ocupação do cargo de Diretor-presidente da Agência PCJ, deveria ser desempenhada por um profissional que tenha conhecimento dos trabalhos desenvolvidos e executados pela instituição. Concluiu informando que, a Diretoria dos Comitês PCJ, indica e apresenta aos Plenários dos Comitês PCJ o Sr. Sérgio Razera, atual Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, para recondução ao cargo de Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ. A palavra foi aberta ao plenário para manifestações que, prontamente, aclamou o nome do Sr. Sérgio para recondução como Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ. Na sequência, o Sr. Sérgio, reconduzido ao cargo, fez as indicações para o preenchimento dos cargos de Diretor-técnico e Diretor-administrativo e financeiro da Agência das Bacias PCJ, sendo reconduzidos a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, para o cargo de Diretora-técnica e do Sr. Ivens de Oliveira, para o cargo de Diretor-Administrativo e Financeiro. O Sr. Leo Urbano abriu a palavra para discussão, não ocorrendo manifestações, colocou a minuta em votação, que foi aprovada por unanimidade.

4.7. Informes sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira: O Sr. Leo Urbano lembrou do processo da renovação da outorga do Sistema Cantareira, através do calendário estabelecido, em 15 de maio de 2015, pelos órgãos gestores Agência Nacional de Águas (ANA) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), e da manifestação sobre a renovação da outorga, em 2015, dos Comitês PCJ, aprovada através da Deliberação dos Comitês PCJ nº 234/15, de 12/08/15, ressaltando que a terceira e última etapa das discussões seria iniciada em 18/09/15 com a disponibilização de uma proposta guia para que os demais atores do processo, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e Comitês de Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Comitês PCJ) e do Alto Tietê (CBH-AT), para que pudessem proceder suas análises e apresentar, se necessário, propostas de ajustes no documento disponibilizado. Diante do exposto, informou que no dia 16 de setembro 2015 foi divulgada a Nota Conjunta ANA-DAEE, de 08/09/15, que estabeleceu a data de 09 de outubro de 2015 para a publicação da Proposta Guia, mantendo-se as demais datas do cronograma inicialmente apresentado em 15/05/15. Ressaltou que tal alteração reduziu significativamente o prazo para que os membros dos Comitês PCJ possam proceder as análises e discussões nas suas instâncias, com posterior manifestação dos Plenários aos órgãos outorgantes ANA e DAEE, que já haviam se programado para analisar a proposta através do seu GT-Renovação nas datas de 21 à 23/09/2015, e envio a CT-PL para apreciação em sua reunião ocorrida em 01/10/2015, sendo deliberado na presente reunião. Na data de 18/09/2015, o Comitê do Alto Tietê, encaminhou para a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo e para Agência Nacional de Águas, solicitando nova prorrogação de prazo, devido ao fato que a data para finalização do auto de outorga ficou mantido em 30/10/2015, não tendo tempo hábil e regimentais para tramitação do assunto no âmbito dos Comitês de Bacias envolvidos. Na data de 23/09/2015, ocorreu reunião convocada pelo Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, com a Diretoria dos Comitês PCJ, Diretoria do Consórcio PCJ, acompanhados do Prof. Zuffo da Unicamp, representantes do DAEE e os Prefeitos Municipais de Piracicaba, Campinas e Indaiatuba, para que pudessem se posicionar sobre nossos anseios quanto a renovação de outorga, e onde o Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo manifestou o seu acatamento sobre a prorrogação da publicação do auto de outorga. Na data de 01/10/2015 o assunto foi encaminhado a CT-PL dos Comitês PCJ, que deliberou, considerando a necessidade de que a manifestação dos Comitês PCJ ocorra de forma transparente e amplamente participativa dos seus membros, que a Diretoria dos Comitês PCJ deveriam solicitar aos órgãos gestores ANA e DAEE a definição de novos prazos para a conclusão do processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira que permitam, além das discussões no âmbito dos Comitês PCJ, também a realização das audiências públicas inicialmente previstas no cronograma de atividades de 2014, sendo encaminhado ofício dos Presidentes dos Comitês PCJ, no dia 05/10/2015, solicitando a prorrogação de prazo. Na data de 07/10/2015, ocorreu nova reunião com os órgãos gestores e os atores envolvidos (Consórcio PCJ; Diretoria dos Comitês PCJ; Professor Zuffo enquanto assessor do Consórcio PCJ; Diretoria da Agência das Bacias PCJ; Diretoria do CBH-AT: a Agência do Alto Tietê e representantes do DAEE e da SSRH), acordando-se para prorrogação do prazo da publicação do ato de outorga para data de 15/12/2015. Na data de 08/10/2015, os órgãos gestores publicaram uma nota conjunta informando que a proposta-guia seria publicada no dia 15/11/2015 e o processo se encerraria em 15/12/2015, com a publicação do ato de outorga. Na data de 15/10/2015, ocorreu reunião na SANASA/Campinas, e na data de 21/10/2015, ocorreu nova reunião em Brasília/DF, com a presença dos representantes dos Comitês PCJ e do CBH-AT, Ministério Público Estadual Paulista e Federal, Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, Presidência das SABESP, Agência das Bacias PCJ, Presidência da SANASA, Consórcio PCJ, Professor Zuffo enquanto assessor do Consórcio PCJ, e que, após as discussões, deliberou-se



Ata da 14ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Atibaia/SP, em 23/10/2015

860 por adiar a publicação do ato de outorga do Sistema Cantareira para maio de 2017. Na sequência, o Sr. Léo Urbano passou a palavra ao Sr. Marco Antonio dos Santos (Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL), para que proferisse detalhamentos das reuniões. O Sr. Marco Antonio informou que as referidas reuniões foram proveitosas, sendo que os representantes das Bacias PCJ, 865 trabalharam para defender consistentemente os interesses da região. Informou que foi definido o adiamento da publicação do ato de outorga, para que possa ser observado o comportamento dos reservatórios, após dois períodos chuvosos, podendo verificar as 870 projeções ponderadas com as necessidades de cada bacia envolvida, e o restabelecimento da cota mínima de 20% para operação do sistema, visando a definição de decisão conjunta ANA e DAEE. Diante do exposto informou que até a data de 04/11/2015, os atores 875 envolvidos, deverão encaminhar aos órgãos gestores,

proposta de calendário para as atividades e discussões sobre renovação da outorga do Sistema Cantareira em 2017. Na sequência informou que na data de 03/11/2015, será realizada reunião do GT-Renovação dos Comitês PCJ criado no âmbito da CT-PL, que será 880 previamente convocada, para elaboração da proposta de calendário dos Comitês PCJ. Após o Sr. Leo Urbano abriu a palavra para manifestação dos membros, foi colocada em votação a proposta de elaboração do 885 calendário pelo GT-Renovação, sendo a proposta aprovada por unanimidade. Ressaltou que o calendário proposto pelo GT-Renovação, para a renovação da outorga do Sistema Cantareira em 2017, será enviado aos órgãos gestores Agência Nacional de Águas (ANA) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) 890 no prazo estabelecido. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Gabriel Ferrato agradeceu a presença de todos e deu a reunião por encerrada.

LEONILDO EDNILSON URBANO
Secretário-executivo
Comitês PCJ

JEFFERSON BENEDITO RENNÓ
Presidente do CBH-PJ e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Presidente
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL